

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 09/12/2019

- [TJPE lança livro em comemoração aos 10 anos do Programa Mãe Legal](#)
- [Plano Municipal da Primeira Infância será debatido em audiência pública](#)
- [Em Pernambuco, 130 jovens da Funase farão provas do Enem a partir desta terça](#)

**Assunto: TJPE lança livro em comemoração aos 10 anos do Programa Mãe Legal**

**Fonte: Tribunal de Justiça de PE**

**Data: 09/12/2019**



**Equipe da 2ª Vara da Infância, formada pelo juiz Élio Braz e por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, que escreveu o livro**

O lançamento do livro “Entrega responsável de crianças para adoção: a experiência da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife”, em 6 de dezembro, marcou o encerramento das atividades em comemoração aos 10 anos do Programa Mãe Legal. A publicação, com 105 páginas, foi escrita pela equipe da 2ª Vara da Infância, formada pelo juiz Élio Braz e por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. O evento, que aconteceu no auditório da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Esmape), no Recife, contou com representantes do Judiciário, do Executivo municipal,

da Defensoria Pública do Estado, do Ministério Público de Pernambuco; e de profissionais de centros médicos que participaram da iniciativa ao longo da sua história.

Na solenidade, foi celebrado também um convênio de cooperação técnica entre o TJPE e o Município do Recife, para a implementação das ações que integram o Mãe Legal. O termo assinado será para intensificar as atividades já desenvolvidas pelo Tribunal em parceria com a Prefeitura do Recife, especificamente pela Secretaria de Saúde e pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política Sobre Drogas e Direitos Humanos e também para a adesão da Secretaria da Mulher ao programa.

Implantado em outubro de 2009, o Mãe Legal tem como principal objetivo garantir proteção à mulher que manifeste o interesse de realizar a entrega responsável de bebê para adoção, antes ou logo após seu nascimento. Ao longo de uma década, o programa atendeu aproximadamente 300 mulheres e procura evitar que crianças sejam abandonadas, adotadas de forma ilegal ou expostas a situações de risco, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“Desenvolvemos essa tecnologia de atendimento, que comemorou 10 anos, e está sendo reproduzida em todo o país. As pessoas estão buscando as oficinas e os treinamentos, e nós estamos disponíveis para o Brasil inteiro. Podemos treinar e orientar todos os órgãos do Poder Judiciário que desejem atender e acolher as mulheres que não querem exercer a maternagem, que não desejam criar essas crianças e que tomam uma atitude de coragem de entregá-las para adoção. O nosso trabalho é atender essa mulher com atenção e com respeito e encaminhar essa criança para uma nova família. No livro, contamos toda a nossa experiência com a iniciativa e de que forma atuamos”, declarou o titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, juiz Élio Braz.

Durante o evento, o vice-diretor da Esmape/TJPE, desembargador Evandro Magalhães, elogiou a iniciativa, destacando a relevância da união entre o Judiciário e o Executivo para a implementação e o desenvolvimento das causas que envolvem a Infância e Juventude. “O Mãe Legal é um dos projetos de referência da Infância e Juventude e a sua execução só é possível a partir do comprometimento de todos os envolvidos nesse processo. Falo aqui das equipes que participam desde o início da execução e da ampliação da ação e que compreenderam o quanto era importante a prática dessa iniciativa na proteção da mulher e da criança envolvidos no contexto e na formação de novos núcleos familiares”, destacou.

A coordenadora do Programa Mãe Legal e do Núcleo de Curadoria Especial e Proteção à Família (Nuce), da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife, a psicóloga Ana Cláudia Souza, enfatizou a importância de não estigmatizar a mulher que decide por não ser mãe dentro do contexto em vive. “Existe um leque de razões que fazem a genitora optar por entregar a criança e por sua adoção. Há questões desde o fato de a mulher não se sentir preparada naquele momento para criar um filho, e há questões familiares, nas quais ela não tem o apoio da família. Independente do motivo, apenas pelo fato de ela não querer ficar com a criança, já pode ser encaminhada para o Mãe Legal. A partir daí, nós vamos fazer o acompanhamento minucioso de todas as questões que envolvem aquela decisão e que podem interferir no desenvolvimento daquela criança”, explicou.



**Assinatura do convênio de cooperação técnica entre o TJPE e o Município do Recife para a implementação do Mãe Legal**

Um dos momentos marcantes do evento e que gerou emoção no público e nos integrantes da equipe da 2ª Vara da Infância e Juventude foi a homenagem ao assistente social Fábio Monsão, que faleceu no dia 11 de novembro deste ano, aos 45 anos. O servidor, que integrava a equipe da 2ª Vara da Infância da Capital desde 2008, segundo o juiz Élio Braz, atuava com bastante entusiasmo no trabalho e pela defesa das causas que envolvem a Infância e Juventude, na garantia dos direitos da criança e do adolescente.

“Ele era sempre muito otimista e capacitado e estava sempre disposto a ajudar todos. Solidariedade é uma das palavras que pode definir essa pessoa que nos fará uma falta absurda. Fica o legado e o exemplo de um ser humano que iremos sempre admirar”, enfatizou. Ao final do evento, foram homenageados com o recebimento de certificados parceiros do programa, como a Policlínica e Maternidade Professor Barros Lima, localizada no bairro de Casa Amarela, onde o projeto foi lançado; e a Secretaria de Saúde.

**Atividades** – A programação de 10 anos do Mãe Legal teve início em 24 de outubro com uma oficina para tratar sobre os fluxos de encaminhamento e procedimentos adotados por agentes públicos de várias áreas que atuam no processo. Participaram do encontro médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e profissionais de casas de acolhimento e maternidades do Recife.

Para os integrantes da Secretaria da Mulher de Pernambuco, da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife, dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), houve o encontro com os profissionais do Mãe Legal em 30 de outubro. As oficinas foram realizadas no auditório do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), bairro da Boa Vista, no Recife.

**Mãe Legal** – É uma ação da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), do TJPE, executado por meio da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital. A iniciativa tem o apoio do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE), das Instituições de Acolhimento e Conselhos Tutelares que prestam apoio e orientação no acolhimento das crianças.

**Assunto: Plano Municipal da Primeira Infância será debatido em audiência pública**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 09/12/2019



A Câmara Municipal do Recife será palco do início do processo de escuta à população para a elaboração do Plano Municipal para a Primeira Infância, documento que irá nortear as ações para o segmento na cidade nos próximos 10 anos.

A iniciativa do plano ratifica o compromisso da cidade com as famílias e com a população de zero a seis anos de idade, pois pesquisas comprovam que o investimento na primeira infância se reflete em maiores graus de aprendizagem, menos envolvimento com violência urbana e até mesmo em maiores salários na vida adulta. A audiência pública, realizada em parceria com a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, acontecerá no Plenarinho e terá início às 9h.

A iniciativa surgiu de uma reunião da Comissão de Educação proposta pela vereadora Ana Lúcia a partir de uma sugestão da Secretaria Executiva para a Primeira Infância do Recife. Atualmente, a cidade – que lançou o seu Marco Legal da Primeira Infância em 2018 - já conta com 15 diretrizes que norteiam as mais de 70 ações empreendidas pelas diversas Secretarias e entidades ligadas à gestão municipal que visam reduzir as desigualdades sociais e garantir melhores oportunidades para as futuras gerações como o Mãe Coruja, Mais Vida nos Morros, Brinqueducar e Geração Afeto, entre outras.

Entre os destaques da gestão, está o acolhimento dos Centros Comunitários da Paz (Compaz), iniciativa que foi reconhecida como o melhor projeto de redução de desigualdade social do Brasil, pelo Programa Cidades Sustentáveis e pela Oxfam da atualidade, os Centros Comunitários da Paz Eduardo Campos e Ariano Suassuna juntos acolhem mais de 34 mil pessoas e já realizaram mais de 3 milhões de atendimentos.

## **MÃE CORUJA**

Criado em 2014, o Programa Mãe Coruja Recife visa fortalecer os vínculos entre mãe, bebê e demais familiares, por meio de ações intersetoriais. A equipe do programa favorece o acesso das gestantes aos serviços sociais e de saúde, aumentando a capacidade de transformar a realidade das mulheres e seus filhos, com a atenção durante o pré-natal, parto e pós-parto da mãe e do filho, do nascimento aos 5 anos e 11 meses. O Recife conta com 13 espaços Mãe Coruja espalhados pela cidade. Nesses locais de acolhimento, são promovidas ações intersetoriais, com participação de diversas secretarias da Prefeitura do Recife. A cidade conta com 11.235 mulheres cadastradas no Programa.

O Mãe Coruja é um dos programas sociais brasileiros de referência na área materno-infantil, sendo reconhecido e premiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), como modelo de Gestão de Política Pública. Oferece apoio às mães pernambucanas, antes e depois do nascimento de seus filhos, tendo como objetivo prestar

atenção integral às gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) e aos seus bebês, garantindo a eles um desenvolvimento saudável e harmonioso durante os primeiros anos de vida. Implantado em 2007, tornou-se política pública de Estado com a Lei nº 13.959, de 15/12/2009. Hoje, o Mãe Coruja está presente em 105 municípios pernambucanos, nas 12 Regionais de Saúde do estado, com gestão municipal no Recife e Ipojuca.

Já o Projeto Geração Afeto visa fortalecer os vínculos entre mãe, bebê e demais familiares, por meio de ações intersetoriais. Fruto de uma parceria da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife (SDSJPDDH), através da Gerência da Criança e do Adolescente do Recife, com a Secretaria de Saúde do Recife, o Geração Afeto visa promover as relações afetivas entre as famílias e as crianças em seu processo de desenvolvimento infantil, durante as fases gestacional e da primeira infância, com o objetivo de contribuir para a estruturação da organização familiar, por entender que o aspecto afetivo tem fundamental influência no desenvolvimento intelectual do sujeito.

**Assunto: Em Pernambuco, 130 jovens da Funase farão provas do Enem a partir desta terça**

**Fonte: Governo do Estado de PE**

**Data: 09/12/2019**



Nestas terça (10) e quarta (11), 130 adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em Pernambuco farão as provas do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL). A avaliação será aplicada em nove das 11 unidades de internação e em sete das oito Casas de Semiliberdade (Casem) administradas pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) em todo o Estado. No Brasil, segundo o Ministério da Educação (MEC), responsável pelo Enem, há mais de 46 mil internos inscritos para fazer as provas, que, assim como para os alunos regulares, viabilizam o acesso ao ensino superior.

O maior número de jovens privados de liberdade participantes do Enem está no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. São, ao todo, 36 socioeducandos inscritos. Esse número se explica pelo fato de a unidade socioeducativa atender jovens a partir dos 17 anos e seis meses, faixa etária em processo de conclusão do Ensino Médio e, portanto, público-alvo do Enem. A Casem Casa Amarela, no Recife, que atende público em idade semelhante, também é a que tem o maior número de inscritos no Enem, considerando o regime de semiliberdade: serão 14 adolescentes participantes.

O jovem R.B.S., de 20 anos, cumpre medida de internação há dois anos e sete meses no Case Cabo de Santo Agostinho. Será a segunda vez em que ele tenta uma nota suficiente no Enem para obter boa classificação em programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Universidade para Todos (ProUni), que dão acesso a instituições de ensino superior públicas e particulares. “Quero tentar Engenharia Mecânica. Sei que é difícil, mas estudei um pouco mais neste ano e acredito que pode dar certo”, afirma.

A presidente da Funase, Nadja Alencar, explica que indicadores da instituição têm apontado uma participação mais efetiva dos socioeducandos em exames certificadores. “Tivemos, em 2019, número recorde de participantes no Supletivo, que é da Secretaria de Educação do Estado, e no Enceja, que é promovido pelo MEC. No Enem, mantivemos praticamente o mesmo número de inscritos de 2018, mesmo tendo recebido um quantitativo menor de adolescentes em nossas unidades nos últimos meses. Isso mostra o esforço que tem sido posto em prática pelos professores que atuam nas escolas em funcionamento na Funase e pelos pedagogos da nossa instituição para corrigir distorções idade-série e oferecer chances reais de inserção no ensino superior”, define.

Nesta terça, serão aplicadas uma redação e as provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Os estudantes terão cinco horas e meia para escrever o texto e resolver as 90 questões. Já na quarta-feira, serão cinco horas de provas,

com mais 90 questões de Matemática e Suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

“Ao longo do ano, os adolescentes receberam apoio por meio de aulas e ações integradas nas escolas que funcionam nas unidades de internação. Temos expectativas de bons resultados”, avalia a coordenadora do Eixo Educação da Funase, Sônia Melo.